



Hotéis Rurais
de Portugal

ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS RURAIS DE PORTUGAL

ESTATUTOS

Capítulo I

Denominação, sede e objecto

Artigo 1º

A "Associação de Hotéis Rurais de Portugal", doravante designada abreviadamente por "Associação", é uma pessoa colectiva de direito privado, constituída por tempo indeterminado, que representa, no âmbito das suas atribuições e competências, os Hotéis Rurais e outras Unidades de Alojamento Turístico, seus associados.

Artigo 2º

A Associação terá a sua sede no concelho de Vila Nova Famalicão, podendo ser transferida para outra localidade situada em Portugal, por simples deliberação da Direcção, a qual, e da mesma forma, pode criar delegações, escritórios ou outras formas de representação, em qualquer ponto do território nacional e no estrangeiro.

Artigo 3º

A Associação tem por objecto a promoção e realização de actividades relacionadas com os seus associados, nomeadamente:

1. Defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus associados;
2. Favorecer e incrementar o bom entendimento e a solidariedade entre os seus membros, com vista, designadamente, ao fortalecimento do ramo de actividade económica que se inserem;
3. Fomentar o turismo nas unidades hoteleiras dos seus associados;
4. Dialogar, pela via adequada, com os órgãos de soberania, em ordem à criação de legislação que contemple, de forma actualizada, os reais interesses dos associados;
5. Exercer todas as actividades que, no âmbito destes estatutos e da lei, contribuam para o progresso económico, social, e técnico dos associados;
6. Representar os associados junto do Estado Português, junto das instituições da União Europeia, das Autarquias Locais, dos organismos oficiais e para oficiais, das outras associações de empregados e empresariais, dos sindicatos, e do público em geral, promovendo a defesa dos interesses dos seus associados, nos planos económico, social e técnico e a defesa da sua reputação e bom nome;



7. Promover a preservação e divulgação do seu património cultural e histórico;
8. Conduzir acções de promoção e comercialização do produto turístico dos seus associados tanto no país como no estrangeiro;
9. Promover a realização de jornadas de estudo, Seminários, Congressos, e realizações similares;
10. Participar em reuniões oficiais, feiras e outras manifestações em que os Hotéis Rurais devem fazer-se representar;
11. Elaborar meios de divulgação, tais como brochuras, mapas, vídeos e dispositivos;
12. Especificar condições, preços, serviços a prestar e verificar os níveis de qualidade;
13. Manter e fazer funcionar uma rede e os serviços convenientes, entre os quais, marcações, reservas e atendimento;
14. Elaborar junto dos seus associados estudos de necessidades de formação, conceber e organizar planos de formação profissional à medida, de forma a contribuir para uma padronização de serviços ao nível da qualidade e certificação;
15. Estudar padrões mínimos de serviços de forma a orientar o consumidor turista dentro de conceitos de diferenciação de qualidade, criando formas de incentivar de forma permanente os seus membros para as boas práticas de qualidade devida e previamente estabelecidas;
16. Estudar propostas do mercado de modo a facultar aos seus associados as melhores soluções ao nível de produtos e/ou serviços comuns a todos os associados, criando soluções de economias de escala na gestão dos seus negócios;
17. Estudar os mercados de forma a prestar a melhor informação aos associados ao nível da criação de campanhas de marketing e promoção.

Artigo 4º

1. A Associação pode agrupar-se, filiar-se ou associar-se, por qualquer forma, com quaisquer associações e organizações nacionais e internacionais que prossigam a defesa do associativismo em geral ou promovam fins análogos ou complementares aos seus.
2. Por deliberação da Direcção, poderão ser criadas, deslocadas ou extintas delegações da Associação.
3. As delegações da Associação só podem constituir-se com um número mínimo de cinco associados e a sua área de intervenção deve abranger uma zona turística ou administrativa.
4. Para a prossecução dos seus objectivos a Associação poderá recorrer às formas de intervenção que entender adequadas, nomeadamente:
 - a) Promover a criação de Conselhos Consultivos em diferentes áreas de intervenção;
 - b) Constituir equipas de trabalho, equipas especializadas, contratar recursos humanos por



forma a desenvolver as actividades preconizadas no objecto social;

- c) Criar, participar, subscrever capital social ou acções de estruturas empresariais ou sociedades empresariais, incluindo-se sociedades por quotas unipessoais, sociedades por quotas ou sociedades anónimas.

Capítulo II

Associados

Secção I

Inscrição e Categorias

Artigo 5º

1. Poderão ser associados pessoas singulares ou colectivas, privadas ou públicas, nacionais ou internacionais, que se dediquem, promovam ou interessem pelo turismo em geral e alojamento turístico em particular, com as seguintes categorias:

- a) Associados efectivos;
- b) Associados aderentes;
- c) Associados honorários;
- d) Associados patronos.

2. Associados Efectivos são todas as pessoas singulares ou colectivas que sejam titulares de um ou mais estabelecimentos legalmente classificados como Hotel Rural, que estejam instalados em território nacional e que sejam admitidos por proposta por si subscrita ou por um Associado.

3. Associados Aderentes são todas as pessoas singulares ou colectivas que sejam titulares de um ou mais estabelecimentos legalmente classificados como Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural ou Empreendimentos Turísticos, à excepção de Hotel Rural, e cumulativamente sejam considerados Unidades Hoteleiras Similares a Hotéis Rurais, que estejam instalados em território nacional e que sejam admitidos por proposta por si subscrita ou por um Associado.

4. Associados Honorários são as pessoas singulares ou colectivas, cuja actuação ou colaboração for tida por relevante em prol da Associação e a quem seja atribuída tal qualidade.

5. Associados Patronos são as pessoas singulares ou colectivas que contribuam de forma regular para a Associação com montantes pecuniários, nos termos de Regulamento a aprovar em Assembleia Geral, por proposta da Direcção.



6. Para efeitos do previsto nestes Estatutos, são consideradas Unidades Hoteleiras Similares a Hotéis Rurais as que estejam instaladas em áreas geográficas classificadas como rurais e que respeitem os requisitos de admissão na Associação em termos de qualidade de instalações e de serviço que vierem a ser definidos por Regulamento a aprovar pela Direcção.

7. A admissão de Associados é da competência da Direcção, da qual pode ser interposto recurso, em caso de recusa, o qual será apreciado e votado na primeira Assembleia Geral seguinte a tal acto.

Artigo 6.º

1. Os Associados Efectivos e os Associados Aderentes, ficam obrigados, no acto da sua inscrição, ao pagamento de uma jóia e, anualmente, ao pagamento de uma quota.

2. Os Associados Honorários e Associados Patronos estão isentos do pagamento de jóia de inscrição e quota anual.

3. O montante da quota anual a fixar para os Associados Efectivos será sempre o dobro da quota anual a fixar para os Associados Aderentes.

4. O montante da jóia de inscrição e da quota anual, bem como a periodicidade do seu pagamento, serão fixados, por proposta da Direcção, na última Assembleia Geral Ordinária de cada ano para vigorarem no ano civil seguinte.

5. A Assembleia Geral pode aprovar valores diferenciados consoante a forma e periodicidade de pagamento da quota anual e diminuir ou dispensar o pagamento da jóia de inscrição durante um ou mais períodos como forma de promover a admissão de novos Associados.

6. A Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, pode suspender a cobrança de quotas durante um ou mais períodos, como forma de apoiar os seus Associados, ou autorizar outras formas de pagamento das quotas, nomeadamente por compensação de serviços prestados ou disponibilizados à Associação pelos seus Associados.

Secção II

Direitos e Deveres dos Associados

Artigo 7º

Os Associados, com as quotas em dia, têm os seguintes direitos:

1. Participar nas Assembleias Gerais e exercer o direito de voto;



2. Cada associado terá um número de votos proporcional à sua quota anual, estipulada nos termos do artigo anterior, correspondendo respectivamente:

- a) Os Associados Efectivos têm direito a dois votos;
- b) Os Associados Aderentes têm direito a um voto;
- c) Os Associados Honorários e Associados Patronos não têm direito a voto;

3. Eleger e ser eleito;

4. Assistir e participar nas actividades organizadas pela Associação, beneficiando de eventuais regalias concedidas por esta;

5. Receber informação de toda a actividade da Associação;

6. Requerer à Direcção a reunião extraordinária da Assembleia Geral, desde que o seu pedido seja subscrito, pelo menos, por um quinto dos Associados em pleno gozo dos seus direitos;

7. Beneficiar de todos os serviços da Associação de harmonia com as normas regulamentares;

8. Tomar iniciativa de apresentar sugestões à Associação tendo em vista os fins que a mesma visa.

Artigo 8º

1. No momento da sua admissão, os Associados são obrigados a pagar a jóia de inscrição e, adiantadamente, a quota nos termos fixados pela Assembleia Geral e por estes Estatutos.

2. No acto de admissão os Associados receberão um exemplar dos Estatutos e, posteriormente, um cartão de identidade de Associado.

Artigo 9º

São deveres do Associado, entre outros:

- a) Dignificar, honrar e prestigiar a Associação;
- b) Desempenhar os cargos para que for nomeado gratuita e zelosamente;
- c) Pagar pontualmente as suas quotas;
- d) Respeitar o estipulado nos Estatutos e nos Regulamentos da Associação;
- e) Acatar as deliberações dos órgãos da Associação, emanadas dentro da esfera da respectiva competência;
- f) Respeitar e defender o património da Associação;
- g) Abster-se da prática da concorrência desleal, designadamente, através do aviltamento dos preços praticados;
- h) Cumprir as determinações dos órgãos associativos;
- i) Contribuir quanto lhes seja possível, para a prosperidade da Associação.



Secção III

Infracções Disciplinares

Artigo 10º

1. Podem ser aplicadas aos Associados, mediante prévio processo disciplinar instaurado e dirigido pela Direcção, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Repreensão por escrito;
- c) Suspensão dos direitos societários por um período não superior a um ano;
- d) Perda da qualidade de Associado;

2. A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b) e c) do número anterior são da competência da Direcção, depois de ouvido o associado.

3. A aplicação da pena prevista na al. d) do nº 1 é da competência da Assembleia Geral, depois de efectuada a respectiva proposta pela Direcção e ouvido o Associado.

4. Nos casos das alíneas a), b) e c) o Associado terá sempre recurso para a Assembleia Geral.

Artigo 11º

Perdem a qualidade de Associados:

- a) Os que faltarem ao pagamento de duas quotas seguidas e que não procedam ao seu pagamento decorridos dez dias após o envio de interpelação escrita para esse efeito.
- b) Aqueles que, pelo seu comportamento ou actuação, de alguma maneira prejudiquem a concretização dos objectivos da Associação, e aqueles que reiteradamente se recusem a cumprir os seus deveres societários.
- c) Os Associados que deixarem de ser titulares de um hotel rural ou de uma unidade hoteleira similar a hotel rural, considerada como tal nos termos destes Estatutos.

Artigo 12º

1. Todo o Associado pode demitir-se livremente, bastando para isso que o comunique por escrito à Direcção, não tendo, contudo, direito a qualquer reembolso ou restituição das quantias pagar a título de jóia ou quotas.

2. O pedido de demissão não isenta o Associado do pagamento das quotas em atraso.



Hotéis Rurais
de Portugal

Artigo 13º

Os Associados que tenham perdido essa qualidade podem ser readmitidos:

1. Pela Direcção, depois de haverem normalizado a sua situação quanto ao pagamento de quotas em dívida, no caso de terem perdido a qualidade de Associados unicamente por falta de pagamento de quotas;
2. Pela Assembleia Geral nos restantes casos.

Capítulo III

Órgãos

Secção I

Disposições Gerais

Artigo 14º

1. São Órgãos da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho Fiscal;

2. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Associação, na qual têm assento todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos.

3. A Direcção é o órgão a quem compete a administração e representação da Associação.

4. O Conselho Fiscal é o órgão interno de fiscalização da Associação, competindo-lhe zelar pelo cumprimento dos Estatutos e da Lei em geral.

Artigo 15º

1. Perdem o mandato os membros da Direcção, do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia que se demitam de Associados, que abandonem o lugar ou se demitam ou renunciem ao cargo, e ainda a quem for aplicada a pena prescrita nas alíneas c) e d) do nº 1 do Artigo 10º destes Estatutos.

2. Constitui abandono do lugar a falta não justificada, no mesmo ano, por três vezes seguidas ou por cinco vezes interpoladas, às reuniões dos respectivos órgãos.

3. A substituição do membro que tenha perdido o seu mandato, não existindo suplentes para preenchimento da respectiva vaga, será efectuada por cooptação pelo órgão respectivo, devendo essa deliberação ser submetida à Assembleia Geral seguinte para efeitos de ratificação.



Artigo

- 16º 1. Todos os cargos são exercidos gratuitamente.
2. Nenhum Associado pode desempenhar funções em mais do que um órgão da Associação.
3. O mesmo associado não poderá ser eleito para o mesmo órgão da Associação para mais de três mandatos consecutivos.

Secção II

Assembleia Geral

Artigo 17º

A Assembleia Geral é soberana nas suas deliberações, dentro dos limites da lei e dos estatutos, e pertence-lhes, por direito próprio, apreciar e deliberar sobre todos os assuntos de interesse para a Associação, competindo-lhe designadamente:

1. Eleger os Órgãos Sociais, por votação secreta;
2. Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal;
3. Fixar as importâncias da jóia e quota anual, mediante proposta da Direcção;
4. Apreciar quaisquer deliberações da Direcção;
5. Deliberar sobre alterações aos estatutos;
6. Apreciar os recursos interpostos nos termos do nº 3 do Artigo 12º;
7. Readmitir Associados, nos termos do nº 2 do Artigo 15º;
8. Demitir todos ou qualquer dos membros dos corpos gerentes, em caso de irregularidades cometidas e provadas;
9. Conferir a dignidade de Associado Honorário;
10. Deliberar sobre a extinção ou dissolução da Associação;
11. Deliberar acerca da aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis e de eventuais garantias a prestar pela Associação.

Artigo 18.º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias, e delas se lavrará acta em livro próprio.
3. As Assembleias Gerais ordinárias terão lugar:
a) Na primeira quinzena de Novembro, para a apresentação, discussão e votação do plano de actividades e orçamento proposto pela Direcção para o ano civil seguinte, proceder à fixação do

valor e periodicidade de pagamento da quota anual e para, quadrienalmente, eleger os órgãos sociais.

b) Na segunda quinzena de Março, para a apreciação do Relatório e Contas da gerência do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal;

4. As Assembleias Gerais extraordinárias serão convocadas sempre que a maioria dos membros da Direcção, do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral as julguem necessárias, ou quando requeridas por um conjunto de Associados efectivos não inferior a três quartos da sua totalidade.

Artigo 19.º

1. A Assembleia Geral, quer ordinária quer extraordinária, é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral por meio de aviso postal expedido, para cada um dos Associados, com a antecedência mínima de quinze dias úteis; no aviso indicar-se-á o dia, a hora e o local da reunião e a respectiva ordem do dia.

2. A convocatória poderá ser incluída no boletim editado pela Associação, ficando automaticamente convocados os Associados que receberem esse boletim por via postal ou ser remetida por meios electrónicos para o endereço de correio electrónico indicado pelo Associado na respectiva ficha de inscrição.

3. No caso referido no n.º 4 do artigo anterior, o requerimento para a convocação da Assembleia Geral deve conter os assuntos a tratar e justificar o pedido, devendo ser dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pela Direcção, pelo Conselho Fiscal ou pelo conjunto de Associados aí referido, ficando aquele obrigado a proceder à convocação.

Artigo 20.º

1. A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos seus associados.

2. A Assembleia Geral pode funcionar em segunda convocação, com qualquer número de Associados Efectivos ou Associados Aderentes, uma hora depois da primeira, sempre que o assunto seja o mesmo desta e tal seja declarado nos avisos convocatórios.

3. São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os Associados Efectivos e Aderentes estiverem presentes na Assembleia e todos concordarem com o aditamento.

4. Todas as deliberações serão tomadas por voto “de braço no ar”, salvo no caso de eleição dos órgãos sociais, que será feita por escrutínio secreto, ou por deliberação da própria assembleia.



Artigo 21.º

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes, salvas as excepções previstas nestes Estatutos.
2. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos dos associados presentes na Assembleia Geral e, cumulativamente, o voto favorável de mais de 50% do número total de Associados Efectivos.
3. As deliberações sobre a extinção ou dissolução da Associação requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os Associados.

Artigo 22.º

1. Os Associados pessoas colectivas far-se-ão representar na assembleia geral por uma pessoa singular, por meio de credencial dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
2. Os Associados podem fazer-se representar numa Assembleia Geral por outro Associado, desde que este apresente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma credencial ou documento escrito, em que conste esse mandato.

Artigo 23.º

1. Nenhum Associado pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesse entre a Associação e ele, seu cônjuge, ascendentes ou descendentes.
2. As deliberações tomadas com infracção do disposto no número anterior são anuláveis, se o voto do associado impedido tiver sido determinante para a existência da maioria necessária à deliberação.

Artigo 24.º

As deliberações da assembleia geral contrárias à lei ou aos estatutos, seja pelo seu objecto, seja por virtude de irregularidades havidas na convocação dos Associados ou no funcionamento da assembleia geral, são anuláveis.

Artigo 25.º

1. A anulabilidade prevista nos dois artigos anteriores pode ser arguida dentro do prazo de seis meses, perante os tribunais, pela Direcção ou por qualquer Associado que não tenha votado a deliberação.



2. Tratando-se de Associado que não foi convocado regularmente para a reunião da assembleia, o prazo só começa a correr da data em que ele teve conhecimento da deliberação.
3. A anulação das deliberações da assembleia não prejudica os direitos que terceiro de boa-fé haja adquirido em execução das deliberações tomadas.

Artigo 26.º

1. A Assembleia Geral elegerá de quatro em quatro anos de entre os Associados e de acordo com as listas apresentadas, por votação secreta, um Presidente e dois Secretários, para constituírem a Mesa da Assembleia.
2. A Mesa da Assembleia Geral deverá ser composta por uma maioria de membros em representação dos Associados Efectivos, na proporção de dois em três, devendo o Presidente obrigatoriamente ser um Associado Efectivo.
3. A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa.
4. Aos secretários incumbe toda a escrituração relativa à Assembleia Geral, nomeadamente a redacção da respectiva acta.
5. As actas das diferentes sessões serão assinadas pelo Presidente e Secretários e lavradas no livro respectivo.
6. Em cada Assembleia Geral haverá uma lista de presenças onde constarão todos os Associados presentes, lista esta que será arquivada junto à acta.
7. Se numa determinada sessão da Assembleia Geral faltarem um ou dois membros da Mesa, serão substituídos pelos elementos que constem, na lista eleita, imediatamente a seguir. Se faltarem os três elementos da Mesa em exercício de funções, a sessão iniciar-se-á com a eleição de uma Mesa *ad-hoc*, apenas para essa assembleia.
8. Se, no caso referido na primeira parte do número anterior, não estiver presente nenhum dos elementos suplentes da lista eleita, convidará o Presidente dois Associados que julgar idóneos para exercerem estes cargos durante essa sessão.

Secção III

Direcção

Artigo 27.º

1. A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e três vogais.
2. A Direcção pode também incluir um Segundo Vice-Presidente, um Segundo Secretário e um



Segundo Tesoureiro, os quais serão membros de pleno direito desse órgão.

3. A Direcção deve ser composta por uma maioria de membros em representação dos associados efectivos, na proporção de dois em três, devendo o Presidente obrigatoriamente ser um associado efectivo.

Artigo 28.º

1. A Direcção reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que o presidente julgue conveniente ou sempre que tal lhe seja requerido por outro membro da Direcção.
2. As reuniões da Direcção devem ser convocadas com pelo menos cinco dias úteis de antecedência, salvo no caso de manifesta e fundamentada urgência.
3. As reuniões da Direcção são convocadas pelo Presidente ou, no caso de impedimento temporário deste, por quem o substitua, e aquela só pode deliberar com a presença do Presidente ou do seu substituto, de um dos Secretários e de um dos Tesoureiros.
4. As deliberações serão tomadas com o voto favorável de, pelo menos, dois membros da Direcção.
5. Os membros da Direcção não podem abster-se de votar nas deliberações tomadas em reuniões a que estejam presentes e são responsáveis pelos prejuízos delas decorrentes, salvo se houverem manifestado a sua discordância na acta da reunião em que a deliberação for tomada.
6. De todas as reuniões se lavrará acta em livro próprio, assinada por todos os membros da Direcção que estiverem presentes.

Artigo 29º

À Direcção compete a gestão social, administrativa, financeira e disciplinar da Associação, zelando pelos seus interesses e impulsionando o progresso das suas actividades e, em especial:

- a) Representar e dirigir a Associação;
- b) Aprovar ou rejeitar as propostas de admissão de Associados;
- c) Propor as importâncias da jóia de inscrição e da quota anual;
- d) Fazer pagamentos e cobrar receitas;
- e) Elaborar o Relatório de Contas anuais, apresentá-los ao Conselho Fiscal com a antecedência mínima de quinze dias relativamente à Assembleia Geral em que vierem a ser apreciados e submetê-los depois à aprovação da Assembleia Geral;
- f) Aceitar subsídios, legados, patrocínios e doações;
- g) Organizar o programa de actividades da Associação;



- h) Contratar o pessoal necessário para as suas actividades, sempre que o julgue conveniente;
- i) Requerer a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias, sempre que o julgar necessário, justificando o pedido;
- j) Propor a atribuição da dignidade de Associado Honorário;
- k) Executar as deliberações da Assembleia Geral e fazer cumprir os Estatutos e os Regulamentos;
- l) Instituir processos disciplinares e aplicar sanções, nos termos destes Estatutos;
- m) Celebrar e firmar contratos em nome e no interesse da Associação;
- n) Deliberar sobre a criação de secções, nomear os elementos que as dinamizam e aprovar os respectivos planos de actividades;
- o) Comparecer a todas as reuniões da Assembleia Geral para prestar os seus esclarecimentos e fornecer os elementos inerentes à sua actividade;
- p) Fornecer todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Conselho Fiscal e facultar a este o exame dos livros de escrituração e contabilidade e a verificação de todos os documentos.

Artigo 30.º

1. O Presidente da Direcção é o primeiro candidato da lista mais votada nas eleições, competindo-lhe convocar as reuniões e dirigir os trabalhos da Direcção.
2. Ao Secretário cumpre auxiliar e substituir o Presidente nos seus impedimentos temporários e faltas.
3. Ao Tesoureiro compete, em especial, coordenar e arrecadar a receita, assinar todos os recibos de contas, quotas, jóias e quaisquer outras receitas, efectuar os pagamentos das despesas quando devidamente autorizadas, guardar sob a sua responsabilidade todos os documentos respeitantes à contabilidade e apresentar balancetes trimestrais e as contas do fim do ano e depositar todos os fundos ou receitas em conta previamente aberta para o efeito em qualquer instituição bancária em nome Associação.

Artigo 31.º

1. Nos casos previstos no nº 3 do Artigo 17º destes Estatutos, o Presidente da Direcção só pode ser substituído pelos elementos que constem da lista eleita em segundo e terceiro lugar, e desde que o substituto seja um Associado Efectivo.
2. Deverão realizar-se eleições intercalares para a Direcção se houver perda de mandato, renúncia ou impedimento prolongado dos três primeiros elementos eleitos para este órgão.

Artigo 32.º



A Associação obriga-se em todos os seus actos ou contratos com a assinatura de dois dos membros da Direcção, sendo uma delas a do Presidente da Direcção, excepto nas questões de mero expediente, para qual é suficiente a assinatura do Presidente ou do Vice Presidente ou do Secretário ou do Tesoureiro.

Artigo 33.º

Aplica-se aos membros e deliberações da Direcção o disposto no Artigo 25º

Secção IV

Conselho Fiscal

Artigo 34.º

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros: um Presidente e dois Secretários.
2. O Conselho Fiscal deve ser composto por uma maioria de membros em representação dos associados efectivos, na proporção de dois em três, devendo o Presidente obrigatoriamente ser um associado efectivo.
3. O Conselho Fiscal reúne sempre que convocado pelo seu Presidente, por solicitação da Direcção ou pela maioria dos seus membros.
4. As reuniões do Conselho Fiscal devem ser convocadas com pelo menos cinco dias úteis de antecedência, salvo no caso de manifesta e fundamentada urgência.
5. As reuniões do Conselho Fiscal são convocadas pelo seu Presidente ou, no caso de impedimento temporário deste, por quem o substitua, e só pode deliberar com a presença do Presidente, ou do seu substituto, e de um dos Secretários.
6. De todas as reuniões se lavrará acta em livro próprio, assinada por todos os membros do Conselho Fiscal que estiverem presentes.

Artigo 35.º

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar os actos da Direcção;
- b) Examinar a escrituração e documentos da Associação, verificando a sua regularidade;
- c) Dar parecer sobre o Relatório de Contas da Direcção a submeter à Assembleia Geral e comunicar em relatório o seu parecer à Assembleia Geral;



- d) Requerer a convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias que julgue necessárias, justificando o pedido;
- e) Fornecer parecer acerca de qualquer assunto sobre o qual seja solicitado pela Direcção;
- f) Dar parecer sobre os actos que impliquem um aumento extraordinário das despesas ou uma diminuição extraordinária das receitas sociais.

Artigo 36.º

É aplicável aos membros do Conselho Fiscal, com as devidas adaptações, o disposto nos Artigo 25º .

Capítulo IV

Eleições

Artigo 37.º

1. A eleição dos membros da Direcção, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia é feita pela Assembleia Geral, por um período de quatro anos de mandato, sendo elegíveis apenas para os Associados que estejam em pleno gozo dos seus direitos civis e estatutários e que não exerçam cargos ou funções remuneradas pela Associação.
2. O escrutínio é secreto.
3. Não é admitido o voto por correspondência.
4. É permitida a reeleição dos membros dos órgãos da Associação.

Artigo 38.º

1. Haverá eleições intercalares quando se verificar a situação descrita no Artigo 33.º n.º 2 ou aquando se esgotarem todos os membros suplentes de determinado órgão; neste caso, deverão os membros restantes assegurar interinamente as funções desse órgão, assegurando a gestão corrente da Associação até que ocorra o acto eleitoral.
2. As eleições intercalares terão lugar em Assembleia Geral Extraordinária expressamente convocada para o efeito.
3. Fora dos casos descritos nos números anteriores, o acto eleitoral terá lugar durante a Assembleia Geral Ordinária prevista no Artigo 20.º, n.º 3, al. a), ou, se tal for deliberado em anterior Assembleia Geral, noutra data.
4. A convocatória para a Assembleia Geral em que vier a ocorrer o acto eleitoral deve mencionar expressamente esse facto.
5. Deverá ser apresentada lista separada para cada um dos órgãos.



6. Cada lista deverá conter todos os membros efectivos previstos nos presentes Estatutos para os respectivos órgãos, e ainda três suplentes.
7. No caso da Direcção, a lista candidata deverá ter pelo menos o número de membros efectivos previsto no n.º 1 do Artigo 29.º destes Estatutos, e ainda três suplentes.
8. As candidaturas deverão ser remetidas para a sede social, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, em envelope fechado, até ao décimo primeiro dia anterior ao da Assembleia Geral em que ocorrer a eleição, o qual deve também conter um termo de aceitação de candidatura, individual ou colectivo, assinado por todos os candidatos e acompanhado de cópia do documento oficial de identificação do signatário bem como do comprovativo dos poderes de representação do respectivo associado.
9. Em alternativa ao envio da cópia do documento de identificação e do comprovativo mencionados no número anterior, o termo de aceitação da candidatura deve ter a assinatura do candidato reconhecida na qualidade de representante do associado e com poderes para o acto, nos termos legais.
10. A Direcção fará afixar as listas na sede social, no prazo de quarenta e oito horas, depois de rubricadas pelo Presidente ou pelo Secretário, atribuindo-lhes a letra A, B, C, etc., conforme a ordem de entrada.
11. Não havendo alterações ou reclamações dentro de quarenta e oito horas a contar da sua afixação, as listas considerar-se-ão definitivas, só podendo ser alteradas até um dia antes do acto eleitoral, por impedimento prolongado de qualquer um dos elegendos.
12. Compete à Mesa da Assembleia Geral superintender e fiscalizar o acto eleitoral.
13. Considerar-se-ão eleitos os membros das listas que obtiverem, para cada um dos órgãos, a maioria dos votos dos associados presentes.

Artigo 39.º

1. Os Associados têm o prazo de cinco dias úteis após o acto eleitoral para impugnam as eleições, devendo a impugnação ser devidamente fundamentada, por escrito, e dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual, findo esse prazo, sem a recepção de qualquer impugnação, considerará os resultados definitivos.
2. A Mesa da Assembleia Geral decidirá a impugnação no prazo de dez dias úteis, podendo pedir um parecer prévio, não vinculativo, ao Conselho Fiscal.
3. Se a impugnação proceder, realizar-se-á novo acto eleitoral dentro de trinta dias, em reunião extraordinária da Assembleia Geral convocada, para o efeito, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.



Hotéis Rurais
de Portugal

Capítulo V

Disposições finais e transitórias

Artigo 40.º

O ano social coincide com o ano civil.

Artigo 41.º

As alterações aos presentes estatutos entram imediatamente em vigor.